



CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA
ESTADO DE SÃO PAULO

Identificação da Norma

LEI ORDINÁRIA Nº 4832/2005

Ementa

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 4.725 DE 27 DE JULHO DE 2005, QUE CONSOLIDA A LEGISLAÇÃO QUE DISPÕE SOBRE O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS DO MUNICÍPIO E O FUNCIONAMENTO DO SEPREV - SERVIÇO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS DE INDAIATUBA, INSTITUI PLANO DE CUSTEIO E PLANO DE BENEFÍCIOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Data da Norma

Data de Publicação

Veículo de Publicação

20/12/2005

Status de Vigência

Em vigor



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INDAIATUBA

SECRETARIA GERAL DO MUNICÍPIO
ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA

Aut. Nº	196/05
P.L. Nº	237/05 ^{PROJ} 1724/05
Publ.:	23/12/05

LEI Nº 4.832 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2005.

"Altera dispositivos da Lei nº 4.725 de 27 de julho de 2005, que consolida a legislação que dispõe sobre o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS do Município e o funcionamento do SEPREV - Serviço de Previdência e Assistência Social dos Funcionários Municipais de Indaiatuba, institui plano de custeio e plano de benefícios, e dá outras providências."

JOSÉ ONÉRIO DA SILVA, Prefeito do Município de Indaiatuba, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei complementar:

Art. 1º - Os dispositivos abaixo da Lei nº 4.725 de 27 de julho de 2005, que consolida a legislação que dispõe sobre o Regime Próprio de Previdência Social – RPPS do Município e o funcionamento do SEPREV - Serviço de Previdência e Assistência Social dos Funcionários Municipais de Indaiatuba, institui plano de custeio e plano de benefícios, e dá outras providências, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 77....."

"§ 7º. No caso dos funcionários ocupantes exclusivamente de cargos de provimento em comissão a *base de contribuição* é integrada pelo padrão de vencimento do cargo em comissão, acrescido das vantagens de qualquer natureza, com exceção daquelas referidas nos incisos do § 1º do artigo 65." (NR)

"Art. 112. A aposentadoria compulsória será concedida de ofício ao segurado que atingir a idade de 70 (setenta) anos, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, calculados na forma do artigo 146 e seus parágrafos." (NR)

"Art. 146."

"§ 8º. Fica vedado incluir nos benefícios, para efeito de cálculo e percepção destes, as vantagens e parcelas indenizatórias a que se referem os incisos I a XIV do § 1º do artigo 65, ressalvadas as exceções previstas no parágrafo anterior e seus incisos I e II." (NR)



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INDAIATUBA

SECRETARIA GERAL DO MUNICÍPIO
ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA

“Art. 222. O abono de permanência de que tratam o § 19 do artigo 40 da Constituição Federal, o § 5º do artigo 2º e o § 1º do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, o parágrafo único do artigo 98 e os artigos 208 e 210 desta lei, será pago pelos entes de direito público interno do Município.” **(NR)**

Art. 2º - A Lei nº 4.725, de 27 de julho de 2005, fica acrescida dos seguintes dispositivos:

“Art. 146.

“§ 13. Os proventos da aposentadoria por invalidez permanente, decorrente de doença comum ou de acidente fora do serviço, terão por limite mínimo o valor correspondente a 30% (trinta por cento) da base de contribuição do servidor.” **(AC)**

“Art. 212. Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas no Capítulo VII desta lei ou pelas regras da Seção anterior, é assegurado o direito à aposentadoria voluntária com proventos integrais, que corresponderão à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, na forma da lei, ao segurado que tenha ingressado regularmente no serviço público até 30 de dezembro de 2003, desde que preencha, cumulativamente, as seguintes condições:”

“I – sessenta anos de idade, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade, se mulher;”

“II – trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;”

“III – vinte anos de efetivo exercício no serviço público; e”

“IV – dez anos de carreira e cinco anos de efetivo exercício do cargo em que se der a aposentadoria.” **(AC)**

Art. 3º - Fica transferida para o SEPREV – Serviço de Previdência e Assistência Social dos Funcionários Municipais de Indaiatuba, a partir de 1º de janeiro de 2007, a responsabilidade pelo pagamento do benefício das aposentadorias concedidas pela Prefeitura Municipal, pelas suas autarquias e fundações e pela Câmara Municipal, mediante o prévio repasse mensal, àquela Autarquia, pelos respectivos entes municipais, dos recursos necessários para o pagamento do benefício.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INDAIATUBA

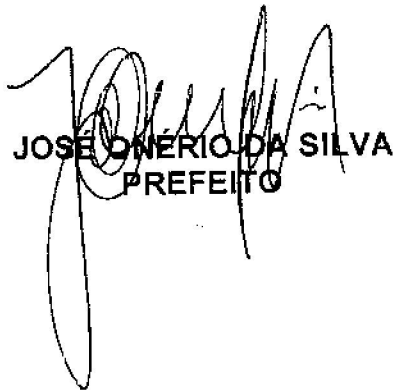
SECRETARIA GERAL DO MUNICÍPIO
ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA

Art. 4º - Ficam revogados o § 3º do artigo 107 e os artigos 186 e 221 da Lei 4.725 de 27 de julho de 2005.

Art. 5º - Ficam mantidos, até 31 de dezembro de 2006, os efeitos do artigo 221 da Lei 4.725 de 27 de julho de 2005, em relação a todos os servidores aposentados pela Prefeitura Municipal, pelas suas autarquias e fundações, e pela Câmara Municipal.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Indaiatuba, aos 20 de dezembro de 2005.



JOSE ONÓRIO DA SILVA
PREFEITO

Publicado na Secretaria Geral do Município, em 20 de dezembro de 2005.
SAMIR MAURÍCIO DE ANDRADE, Secretário.